

# A TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO PARANÁ

Autora do artigo<sup>1</sup>: Lucimeri S. Bezerra

Orientadora<sup>2</sup>: Anelise B. Mota

Resumo: Este artigo investiga o processo histórico do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná, de 1983 a 1995, sua trajetória e contribuição, bem como o envolvimento da categoria neste período, a fim de pesquisar sobre os elementos que contribuíram para a cessação das suas atividades. Objetivando oferecer aos assistentes sociais, a responsabilidade de refletir e posicionar-se sobre a sua participação sindical, sem intenção de apontar qual a forma de participação que a categoria deve seguir, mas apresentar os fatos na perspectiva de que o profissional faça sua escolha do melhor caminho a seguir, porque é impossível ocorrer o enfrentamento das relações trabalhistas se o trabalhador assistente social outorgar a outrem a materialização das reivindicações.

Palavras chave: Sindicato, Assistente Social, Participação Sindical, responsabilidade, perspectiva.

---

*1 Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, 1994, Pós-Graduação em Metodologia da Ciência no IBEPEX, 1995 - Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná, 2008-2013, aluna de Pós-Graduação em Gestão Social no Instituto Tecnológico e Educacional, 2011-2012.*

*2 Psicóloga, Mestre em Educação pela UFPR, 2007- Professora de Especialização no Instituto Tecnológico e Educacional.*

## 1 INTRODUÇÃO

Para analisar com maior propriedade o processo histórico da organização dos assistentes sociais no Paraná, desde a criação do sindicato em 1983, bem como a trajetória de consolidação e o notório reconhecimento da categoria, até 2012, focaremos nosso estudo, inicialmente, no período de 1983 a 1995 pelo fato de fornecer elementos essenciais a pesquisa.

Assim, para orientar as reflexões e análises sobre a temática em foco, elaboramos as seguintes questões norteadoras do presente estudo: Como ocorreu a organização sindical da profissão e seu atendimento às demandas? Houve a participação do profissional nas atividades do sindicato? Existe interesse da categoria na existência de seu sindicato?

Essas questões são apenas provocações iniciais sobre a trajetória da organização dos assistentes sociais no Paraná, cujas respostas devem emergir da compreensão do seu dinâmico e complexo contexto histórico, social, político e econômico. Não há, portanto, a pretensão de fornecer verdades absolutas, mas fornecer elementos críticos para possíveis respostas, bem como originar novas provocações ou problematizações sobre o tema proposto.

A investigação surge do interesse em estudar a organização sindical dos assistentes sociais, desde sua fundação até a contemporaneidade e para atingir os objetivos estabelecidos, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo, para análise dos dados obtidos. Algumas informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, com questões abertas, dirigidas aos Diretores do Sindicato e Assistentes Sociais no período de 1983 a 2012.

## 2 SÍNTESE HISTÓRICA DO SINDICALISMO NO BRASIL

Segundo Helder Molina (2011), no início do séc. XX, sobre a influência em princípio das ideias anarquistas e posteriormente comunistas, o movimento dos operários começa a se organizar em sindicatos, ocorrendo na mesma década o I Congresso Sindical Nacional e a criação da Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

Em 1º de maio de 1943, o presidente Getúlio Vargas assina a Consolidação das Leis Trabalhistas, CLT, ocasião em que os sindicatos ganham o status oficial de representantes dos segmentos dos trabalhadores, podendo assinar contratos coletivos de trabalhos, acordos, dissídios, convenção coletiva e homologações.

A partir disso, passam a se organizar no País, dois tipos de sindicatos:

- 1- Os Sindicatos de Ramo de Atividade ou Majoritários, representando uma categoria econômica, como por exemplo, os metalúrgicos, a construção civil.
- 2 - Os Sindicatos de Profissão ou Categoria Diferenciada, como professores liberais, marítimos, entre outros.

No entanto, é importante salientar que a organização sindical caracteriza-se por um conjunto de práticas políticas e sociais, estando em constante transformação em suas formas de ação, com características próprias dos grupos a que representa.

O percurso histórico de como surgiu o sindicalismo no Brasil aponta para os autores Marly Rodrigues, Nadine Habert e Maria Helena Paes, que retrataram os contextos mais importantes ocorridos nas décadas de 60, 70 e 80.

Na década de 60 merece destaque por ser um período de expansão máxima da rebeldia, da contestação, do imaginário da liberdade, da revolução estudantil e sexual, da contracultura e da repressão política. “Em qualquer de suas manifestações, apresentava características comuns: o inconformismo com os esquemas comerciais e com as imposições dos meios de comunicação de massa, a crítica à sociedade de consumo, a recusa dos modelos anteriores” (PAES, Maria Helena Simões. p. 8 - 1992).

Na esfera política, temos Jânio Quadros renunciando a presidência da república e em Janeiro de 1961, toma posse o seu vice, João Goulart, favorecido pela aprovação do parlamentarismo, Goulart, um populista nacional teve apoio dos meios sindicais, das esquerdas e dos nacionalistas, contudo, essa década encerrou-se marcada pela censura à imprensa e às manifestações culturais, marca a cassação dos direitos políticos e suspensão dos direitos sociais por meio de Atos Institucionais.

As ações golpistas foram intensificando-se até 1964 em que ocorre o Golpe Militar e com a intensificação das ações desse regime, instala-se o conservadorismo político, o governo passa a intervir nos sindicatos e nas entidades estudantis e surge a resistência no campo por meio de luta armada.

O Ministério do Trabalho passou a controlar também as aposentadorias e pensões, que antes eram da responsabilidade dos sindicatos até a criação do Instituto Nacional de Previdência Social, INPS.

Só nos anos 80, os sindicatos recomeçam as lutas, com destaque para a greve do ABC paulista, que teve apoio da Igreja e da OAB (Organização dos Advogados do Brasil); houve pressão dos movimentos sociais, entidades profissionais, entre outros, para a abertura da democracia, mas novamente há intervenção do governo e o principal Líder dos Metalúrgicos: Luiz Inácio Lula da Silva juntamente com vários diretores de sindicatos é preso.

Destacam-se as seguintes mudanças ocorridas no sindicalismo brasileiro dos anos de 1979 a 1989: primeira grande greve do ABC, crescimento entre os assalariados médios e no setor de serviços, criação das centrais sindicais, campanha de Luis Inácio Lula da Silva para presidente.

Neste contexto, o sindicalismo brasileiro tinha muitas dificuldades de mobilizar os trabalhadores em face do arrocho salarial e o desemprego, provocados pela era Collor.

Em 1992, Fernando Collor é afastado por *impeachment* e Itamar Franco é o novo Presidente da República. “Após o desastre representado pela farsa “collorida” e sua política neoliberal da abertura da economia Brasileira para o capital estrangeiro, a população assistiu, a que veio” (dossiê, 2005, p. 2).

Por meio da PEC nº 29/2003, o governo pretendia assegurar o pluralismo sindical, contrariando o princípio da unicidade sindical.

Em maio de 2008, a atual estrutura sindical completou 65 anos de existência. No cenário atual, os sindicatos enfrentam uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores, visto que as reivindicações trabalhistas em especial de melhoria no salário são mais complexas. Contudo, pode-se dizer que a ditadura foi superada e o movimento sindical inseriu na agenda política e socioeconômica as concepções dos trabalhadores seja sobre o Estado, as políticas públicas, os direitos sociais, a participação e a cidadania.

Para Helder Molina (2010), a democracia que se instituiu no Brasil, mesmo com todas as dificuldades, lentidão, avanços e recuos, é uma conquista política da classe trabalhadora e do povo, contra a vontade das classes dominantes, principalmente quando estas tinham a completa hegemonia do aparelho do Estado.

Neste sentido, pode-se dizer que os sindicatos têm em sua história momentos de independências e de atrelamentos ao governo, momentos esses que definiam a qualificação da sua organização. Daí a urgente necessidade da militância sindical para fortalecer a estrutura da organização sindical, para que haja mudanças nas condições de trabalho da classe trabalhadora.

### **3 CONTEXTO, HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS.**

Na década de 70, inicia-se no Brasil um processo de reorganização sindical dos assistentes sociais no Brasil, visto que o golpe militar de 1964 desarticulou os sindicatos da categoria. Busca-se a articulação política entre as bases, tendo como cenário social a reação dos trabalhadores à ditadura militar.

Quando criada a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, CENEAS em 1979, a vanguarda do Serviço Social assumiria proposições críticas ao conservadorismo e ao tecnicismo.

Assim, a legitimação da profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho ocorreu com o rompimento de paradigmas do serviço social que historicamente foi marcado pelo conservadorismo e assume o compromisso com as classes populares, os movimentos sociais e os trabalhadores.

Em 1983, ocorreu a I Assembleia Nacional dos Assistentes Sociais, onde se deliberou criar a Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais, ANAS, organismo dirigente nacional das demandas sindicais da categoria. “Desde sua origem a ANAS assume o desafio de lutar não somente pelos interesses da categoria, mas fortalecer e participar das lutas mais gerais dos trabalhadores”. (TOJAL, Ana. DALLARUVERA, Margareth, 2003). Portanto, na II Assembleia Nacional Sindical ocorrida em 1985, a ANAS filia-se à Central Única dos Trabalhadores, CUT, em conformidade com a política sindical de massas, de caráter classista e democrático.

Com a criação da ANAS, há uma articulação e organização nacional dos assistentes sociais criando-se sindicatos em todos os estados da federação.

Convém ressaltar que as relações de trabalho assumiam significativa importância no cenário social, à época, também incorporada nos termos da Constituição de 1988, haja vista a garantia legal do direito de organização e representação sindical dos trabalhadores.

Durante o período em que a ANAS existe, ela organizou os assistentes sociais em torno de alguns interesses específicos, ou seja: melhoria do piso salarial regulamentação da carga horária e melhoria das condições de trabalho.

Por outro lado, na década de 1990, com o advento das políticas neoliberais, houve uma intensificação da flexibilização e confisco dos direitos, precarização das condições e relações de trabalho e uma busca desenfreada pelas terceirizações.

Em resposta à implantação de uma nova estrutura sindical, a ANAS é extinta em setembro de 1994 durante a VI Assembleia Nacional Sindical, em Brasília, sob a orientação da CUT, que avalia a necessidade de evitar paralelismo de ações e deixar a categoria solta para sindicalização por ramo.

Há um embate de ideias, e a partir daí o movimento é enfraquecido e a ANAS é extinta em razão do momento histórico que caminhava para a aglutinação em grandes categorias, seguindo recomendações deliberadas no I Congresso da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que defendia a tese de organização sindical por ramo de produção, considerando corporativos os sindicatos de categoria.

Apesar da CUT ter o intuito de garantir ainda as melhorias conquistadas pela ANAS, não consegue desenvolver esse trabalho, mas exerceu forte influência nos movimentos sindicais de todo o país, o que levou ao fechamento da ANAS, que não aprofundou as discussões a respeito da proposta da CUT.

Com o desdobramento que ocorreu durante todo esse processo, a organização sindical, CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, CNTSS optaram pela manutenção dos sindicatos por categoria e ao final surge então a Federação Nacional dos Assistentes Sociais, FENAS com a intenção de levar mais uma vez o assistente social a um nível de debate nacional e uma organização sólida e eficaz, rearticulando os assistentes sociais em todo o país.

Em dezembro de 2000, cinco sindicatos realizaram a I Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais no Rio de Janeiro. Após intenso debate fundou-se a FENAS, que surge no momento de reflexão da atividade do profissional denominado assistente social, mesmo encontrando várias adversidades e desafios para que realmente o debate sobre sindicalismo seja explorado por todos os membros em atividade nacional.

#### **4 SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO PARANÁ**

Conforme levantamento dos dados na documentação que se encontrava sob a guarda do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná, CRESS/PR – 11ª Região, até o ano de 2008, a organização sindical do Serviço Social no Paraná teve sua origem na fundação da APASP – Associação dos Profissionais Assistentes Sociais do Paraná, em julho de 1977 e funcionava na mesma Sede do Conselho.

A atuação da 1ª gestão acontece nos anos de 77/79, disputada por três chapas e definida por 100 votantes. O maior destaque dessa gestão foi a distribuição do Código de Ética Profissional, reivindicações de aumento salarial e enquadramento profissional dos assistentes sociais servidores públicos do Estado.

Na gestão de 1979/81, a eleição foi concorrida por chapa única, contando com 42 votantes. Essa redução de participação foi destacada pela Presidente da APASP na Assembleia Geral. (Ata de 31/07/79).

Em 07/02/80 foi criado o Núcleo Sindical dos Assistentes Sociais da Lapa-Estado do Paraná, órgão do SINDASP. (Ata de 07/02/80).

De 1981 a 83 novamente houve eleição por chapa única e o discurso de posse evidenciou a “falta de consciência e de participação da classe nos órgãos representativos” (Ata de 31/07/81).

Ressaltamos a data de 18/06/83, pois surge uma nova situação, considerada como “marcante na história do Movimento Sindical dos Assistentes Sociais do Paraná”, que foi a discussão e aprovação da transformação da APASP em sindicato. Neste dia, foi aprovado o novo Estatuto da Entidade, bem como a indicação e aprovação de uma Diretoria provisória para conduzir a formalização do processo; também foi aprovado o valor da mensalidade sindical. (dossiê, 2005, Ata 18/06/83).

Segundo a Ata da Assembleia Geral de 18 de junho de 1983, a aprovação desta transformação ocorreu por unanimidade dos votos de 90 associados da APASP.

A efetivação da mudança de Associação para Sindicato ocorreu em 1985; em 15/05/86, foi realizada a eleição da 1ª Diretoria do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná, SINDASP, com chapa única, sendo a nova Presidente a Sra. Elza Maria Campos, que tomou posse juntamente com os demais integrantes da Diretoria no dia 20/06/86, para gestão no triênio 1986-1989.



Em abril de 1989, foi aprovado o novo estatuto da Entidade e discutida a convocatória das próximas eleições.

Na data de 27/07/89, foram realizadas eleições do triênio 1989-92, com chapa única, sendo reeleita a Presidente, tomando posse juntamente com os demais integrantes da diretoria em 05/08/89.

Em 1990 foi aprovada a filiação do SINDASP à CUT.

No dia 23/07/92, foi aprovada a prorrogação de mandato de gestão até o dia 30/06/1993.

Em abril de 1993, durante o Encontro Estadual que ocorreu em Curitiba, 50 assistentes sociais discutiram e decidiram pela continuidade de mais uma gestão do Sindasp por três anos, “que teria o compromisso histórico de levantar novamente a discussão a respeito da transitoriedade” (dossiê pg. 6). Neste encontro foi composta uma comissão para formalizar o processo das novas eleições.

As eleições foram convocadas em maio de 1993; no dia 27/07/93, foi eleita a nova diretoria da chapa única para o triênio 1993-96, contando com 80 votantes, sendo a nova Presidente, Sra. Ariane Carvalho, que foi empossada com os demais Diretores, no dia 30/07/93.

No ano de 1995 o movimento sindical do Paraná, a exemplo de outros estados, seguiu as deliberações discutidas na assembleia da ANAS, no II Congresso da CUT, aderindo à tese de organização dos sindicatos por ramos de atividade produtiva, ou seja, educação, saúde, habitação, segurança pública, assistência social, metalúrgica, entre outros. Naquele contexto, os sindicatos de categorias como assistentes sociais, médicos, psicólogos e engenheiros, enquanto representação corporativa comemoravam a organização coletiva dos trabalhadores para o enfrentamento ao projeto neoliberal.

No entanto, a tese proposta não se concretizou e a maior parte da categoria não aderiu aos seus sindicatos majoritários ou de ramo de atividade, de acordo com a pesquisa feita pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais, CFESS, em 2005.

É importante dizer que conforme consta na assembleia geral extraordinária realizada em 31/10/94, além da orientação da adesão por ramo de atividade, a cessação das atividades do SINDASP é decorrente de decisões deliberadas após quatro assembleias regionais e do IV Congresso Estadual dos Assistentes Sociais do Paraná, CONEAS, realizado em Curitiba no dia 27/08/94, a seguir:

- a) Ausência de recursos humanos e materiais necessários à manutenção do sindicato;
- b) Baixo índice de participação da categoria;
- c) Pouca credibilidade e poder de negociação do sindicato perante as instâncias patronais.

Acreditando na importância da organização sindical da categoria, após discussões ocorridas por dois anos, no dia 25/10/2008, um grupo de assistentes sociais insatisfeitos com a falta de representatividade da categoria profissional que não encontrava na parte administrativa respostas para suas questões trabalhistas, reabre o SINDASP a exemplo do movimento nacional que vinha sendo gestado no bojo da categoria. (Ata de 05/05/08).

## **5 REFLEXÕES DOS DADOS PESQUISADOS**

Por meio das entrevistas com questões semiestruturadas, atendendo aos propósitos definidos para esta pesquisa, foram previamente formuladas e buscou-se obter informações por meio da fala dos atores sociais, enquanto sujeitos-objeto que vivenciaram e vivenciam a realidade da organização sindical dos assistentes sociais.

Fazendo comparações das respostas de alguns assistentes sociais da direção do sindicato no período de 1983 a 1995 e 2008 a 2012, a pouca participação sindical do assistente social é um fato, seja por ramo de produção, seja por sindicato de categoria específica, há falta de disposição das pessoas em assumir a entidade e de fortalecê-la.

No ano de 2008 com a reabertura do sindicato, este cenário ainda se repete, mas com a perspectiva de melhorias mesmo diante das adversidades criadas por divergências de concepção de organização sindical existente entre o Conselho Federal da categoria e a FENAS estendendo-se aos Conselhos Regionais e os Sindicatos Estaduais da categoria.

No Paraná há uma particularidade interessante: o sindicato é fruto da conquista de militância dentro do próprio Conselho que inclusive dividia o espaço físico com o SINDASP de 1983 a 1995, até mesmo fortalecendo financeiramente esse sindicato, mas, atualmente assume posicionamento contrário à existência de sindicatos de categoria reafirmando a deliberação do CFESS de que o único modelo possível de sindicalização é por ramo de atividade, sob a alegação de que os sindicatos de categoria são corporativos.

Entretanto, ao ser perguntado sobre qual a relevância do SINDASP, em relação às demandas apresentadas pela categoria e da atuação da gestão para essa categoria, constatamos que as respostas dos entrevistados da gestão anterior (1983-1995) e a gestão atual (2008-2012), concordam que o sindicato de categoria profissional precisa existir para dar conta das questões mais específicas que não são atendidas pelo sindicato majoritário, conforme a seguir:

“(...) As demandas específicas dos assistentes sociais aos sindicatos majoritários eram inexistentes, pois se diluíam nas demandas básicas comuns a todos”. “(...) Na empresa que trabalho os assistentes sociais não tinham força para encampar uma proposta”.

“(...) A APASP teve papel importante na defesa dos direitos dos profissionais, na luta pela democracia e liberdade. Foi através deste núcleo de profissionais, sonhadores que se gesta e se cria o SINDASP”

“(...) A importância do SINDASP é até constitucional, uma entidade necessária para o exercício da livre escolha dos profissionais da categoria...”.

“(...) Antes do SINDASP não havia representantes específicos da categoria, as demandas eram interpostas pelo sindicato majoritário”.

“(...) Na atualidade vivemos o crescimento e o aumento de postos de trabalho, da necessidade da implantação das 30 horas, da defesa de melhores condições de trabalho, julgo, portanto que reacende o papel de nosso sindicato”.

Por outro lado, os entrevistados também concordam que ainda há muitos desafios a serem vencidos, e o maior deles é a efetiva participação do assistente social no seu sindicato. Isto foi evidenciado nas respostas abaixo, diante das perguntas sobre quais os desafios e limites do processo de implementação do Sindicato; como ocorreu a participação sindical da categoria.

“(...) o SINDASP ainda não adquiriu uma importância significativa para a categoria profissional no que tange ao sentimento de reconhecer nele seu representante...”.

“(...) Os maiores desafios do SINDASP consistem na superação dos problemas de financiamento de suas ações, bem como encontrar formas de estimular a participação da categoria nas ações do Sindicato”.

“(...) A categoria participava muito pouco das ações do Sindicato, à época em que lá atuei...”.

“(...) É preciso conquistar uma direção comprometida com os destinos do sindicato e em seguida, ganhar a categoria para as suas lutas (...)”.

“(...) O desafio é agregar e mobilizar os profissionais para a participação política através das lutas sindicais”.

É possível afirmar, pelos dados obtidos pela pesquisa, que os processos de luta da categoria tiveram importante contribuição no cenário social e neste sentido, é necessário fazer a análise do passado e do presente, levando em consideração a retração dos direitos sociais, causada pela ofensiva do neoliberalismo.

Constata-se que a categoria critica as mazelas do processo de precarização das relações de trabalho, mas suas ações de enfrentamento, ainda não são muito significativas coletivamente.

No caso do Sindasp desde a sua cessação das atividades em 1995, ficou a pendência de definir qual o modelo de organização da classe, mas esse processo não ocorreu efetivamente no Paraná, porém houve manifestações e discussões do assunto pelos assistentes sociais paranaenses a partir de 2006, na rede mundial de computadores por meio das comunidades Orkut e e-mails. (informação verbal)<sup>3</sup>.

A FENAS vem reascender a necessidade desse debate e atualmente existem 13 sindicatos em funcionamento, inclusive filiados à mesma, há ainda, 01 em processo de fundação e 06 em processo de discussão pró-sindicato, segundo dados constantes no site oficial da Federação ([www.saserj.org.br](http://www.saserj.org.br)).

Contudo, antes de ser definida qual a forma organização dos trabalhadores assistentes sociais: por ramo de atividade ou por categoria, é necessário que esses profissionais assumam verdadeiramente um referencial político.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a necessidade urgente da organização política dos assistentes sociais, que precisam perceber-se enquanto classe trabalhadora. Seja qual for a opção, o fundamental é fortalecer a luta sindical, no sindicato de categoria ou de ramo de atividade, o que não pode persistir é que o assistente social outorgue ao outro a decisão e a luta por melhores condições de trabalho. Ainda persiste a necessidade da conquista de um piso salarial e melhores condições de trabalho, e garantia da efetiva adoção das 30 horas em especial no serviço público que somente poderão ser atendidas por meio da ampla participação.

O Assistente Social é um profissional que intervém na garantia dos direitos, tendo como referência o projeto ético político da profissão que define sua dimensão política e técnica. Neste sentido, não pode estar alheio aos embates políticos dos direitos sindicais da classe, sendo que qualquer visão supostamente apolítica, de neutralidade, representa uma perda para a profissão.

O que precisa ficar claro para a categoria é que a existência dos sindicatos é chancelada pela Constituição Federal, e sua função principal é a defesa dos interesses trabalhistas dos seus representados.

Para tanto, utilizam os mais variados instrumentos, que incluem as negociações coletivas, as ações coletivas, as ações judiciais, as denúncias, ações judiciais e administrativas individuais e coletivas, entre outros.

Cada um desses instrumentos tem suas peculiaridades, mas todos têm um único desígnio: o tratamento coletivo de questões trabalhistas, as quais devem ser conduzidas apenas pelos sindicatos que são os únicos responsáveis legítimos pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

Por outro lado, os dirigentes sindicais precisam respeitar as diferenças, mantendo uma postura de negociador, com compromisso e ética com sua entidade, com o trabalhador e a categoria que representa.

## 7 REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. CABRAL, Maria do Socorro R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. Cortez: São Paulo, 1995.

Caderno de **Teses do VII CBAS**, maio 1992.

Central Única dos Trabalhadores. **Almanaque**, São Paulo, Cia. Editora Joruês, agosto/setembro de 1986.

DALLARI, de Abreu Dalmo. **O que é Participação Política**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1991.

Dossiê, **Processo de “Extinção” do Sindasp**, 2005.

GIANOTTI, Vitor. **Força Sindical: a Central Neoliberal**. Mauad: Rio de Janeiro, 2002.

HABERRT, Nadine. **A Década de 70 Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira**, Ática, 1992.

HELDER, Molina. **O Sindicato e Seu Papel Político na Sociedade Contemporânea: Ação Propositiva**, artigo, 2010.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa**. Educ: São Paulo, 2007.

PAES, Maria Helena Simões. **A Década de 60. Rebeldia, Contestação e Repressão Política**, Ática, 1992.

Revista In Foco. Setembro, nº. 07 2011

RODRIGUES, Marly. **A Década de 80 Brasil: Quando a Multidão Voltou Às Praças**. Ática, 1992

TOJAL, Ana. DALLARUVERA, Alves Margareth. **Resgate histórico da Trajetória sindical dos Assistentes Sociais no Brasil**. texto: Rio de Janeiro, 2003.